

FIDELIDADE EM ÉPOCA DE CRISE

A importância dos remanescentes em Judá para a preservação da fé javista

Luís I. J. Stadelmann S.J.

A concepção mais difundida a respeito da situação histórica de Israel, durante o período do exílio babilônico, dá pouca importância à comunidade judaica que permaneceu no território de Judá. É preciso contudo reavaliar essa posição e determinar o papel desempenhado por esta população no contexto da preservação da fé javista. Com a queda de Jerusalém, em 587 a.C., os sobreviventes poupados da espada e da deportação enfrentaram o desafio de normalizar a vida das comunidades localizadas nas cidades e nos povoados de Judá, que se tornaram um distrito do vasto império babilônico; competia-lhes tomar consciência de serem eles os herdeiros da Terra Prometida, com a tarefa de salvaguardar a pátria de todos os judeus. Da atitude que os habitantes de Judá tiverem frente a essa tragédia nacional e das medidas que tomarem para superá-la, dependerá o rumo da história de Israel no futuro¹.

1. AS ÚLTIMAS DÉCADAS DO REINO DE JUDÁ

Em suas últimas décadas, o Reino do Sul viveu o apogeu de sua grandeza como Estado autônomo e o colapso final. Sua extensão territorial ultrapassou de longe a área do domínio de Judá, pela anexação, no tempo do rei Josias (640-609 a.C), dos territórios de Samaria, Megido e talvez também de Galaad, que eram províncias do império assírio. Com a conquista dessas províncias, o Reino do Sul anexou o antigo Reino do Norte, reavivando-se a esperança do povo eleito de ver inaugurar-se a era da unificação do país, após três séculos de separação, desde

¹ A questão a ser analisada é a tese de um desenvolvimento autônomo da tradição religiosa de Israel. Cf. M. NOTH, *Geschichte Israels*, Göttingen 1969⁷, p. 264. J. SCHARBERT, *Das Sachbuch zur Bibel*, Aschaffenburg 1969², pp. 112-114. S. HERRMANN, *Storia d'Israele*, tradução da edição alemã publicada em 1973, Brescia 1977, pp. 383-389. P.R. ACKROYD, *Exile and Restoration*, Philadelphia 1968, pp. 20-31. H. CAZELLES, *Histoire politique d'Israël*, Paris 1982, pp. 195-196.

a divisão do império de Salomão em 931 a.C.².

O período desse apogeu nacional foi de pouca duração. Seu declínio não resultou, porém, de uma decadência gradativa, mas de súbita crise fatal. Enquanto o império assírio jazia em seus estertores mortais, criou-se na Palestina um vácuo político que Josias soube aproveitar para o engrandecimento da nação. O colapso da Assíria desencadeou entre egípcios e babilônios uma disputa pelo domínio sobre a Síria e a Palestina. Durante a luta dessas potências militares, Judá foi aniquilado.

A queda final do Reino do Sul foi precedida por uma série de golpes fatais, desferidos pelo faraó Neco, em 609 a.C.; tais golpes enfraqueceram a nação, não lhe deixando folga para se recuperar. Com a morte do rei Josias, no campo de batalha, desvaneceram-se as esperanças de unificação das tribos do Norte com as do Sul. A expectativa da imediata restauração do reino salomônico caiu por terra, quando, no mesmo ano, o faraó Neco reduziu o Reino do Sul à extensão de outra, desmembrando de seu território as conquistas de Josias. Ruiu a perspectiva de exercer um papel de destaque na política externa, por sua condição de Estado soberano, situado em posição estratégica para fiscalizar a mobilização de tropas e o tráfego de caravanas pelas estradas de acesso ao Egito e à Mesopotâmia. Ao subjugar a Judéia, o faraó Neco lhe impôs um pesado tributo; abalando a economia do país, impossibilitava-lhe a manutenção de um exército regular³.

A ocupação egípcia seguiu-se a dos babilônios, com conseqüências trágicas para a província de Judá. Após a derrota que o poderio militar dos babilônios infligiu aos exércitos egípcios em Carquemis, no Eufrates, no ano 605 a.C., estendeu-se o domínio do império babilônico desde a Mesopotâmia até à Palestina. Desde então o rei Joaquim tornou-

² A esperança de recuperar os territórios do Reino de Israel, na Palestina central e setentrional, de ver retornar à pátria as tribos israelitas exiladas, e de participar da restauração do antigo império salomônico nos dias de Josias, não parecia ser uma utopia futurível, mas uma realidade atual. Tal situação vem descrita, do ponto de vista religioso, pelo chamado "livro da consolação" (Jr 30-31), que foi, posteriormente, adaptado talvez pelo próprio Jeremias, ou então, por Baruc, para ser mensagem de esperança aos sobreviventes da tragédia nacional.

³ O erário público deve ter sofrido sucessivas sangrias, pois o rei Joaquim (609-598 a.C.) recolheu em impostos do povo "a contribuição de três mil quilos de prata e trinta de ouro", levando-se em conta a capacidade de cada um (2 Rs 33-35). Apesar de já abalada a economia do país, o rei dilapidou o restante dos recursos financeiros da nação na construção de um novo palácio, em cujas obras empregou operários em regime de trabalho forçado (Jr 22, 13-19).

se vassalo e tributário de Nabucodonosor⁴. Nova disputa pela supremacia trouxe os exércitos egípcios ao cenário da Palestina. O insucesso da primeira investida dos babilônios contra o Egito, em 601 a.C., serviu de pretexto ao rei Joaquim para suspender o pagamento do tributo a Nabucodonosor (2 Rs 24,1). Em represália, o rei babilônio instigou os povos vizinhos de Judá, aliados do imperador babilônio, a travarem contra a província de Judá uma luta de guerrilha, que resultou na destruição de algumas cidades fronteiriças, tais como Engadi e Arad (2 Rs 24,2).

2. INCURSÃO DOS BABILÔNIOS NA PALESTINA, EM 598 a.C.

Para consolidar sua política de expansão pelas armas, Nabucodonosor, em 598 a.C., marchou com seu exército contra Jerusalém, que resistiu ao cerco por algumas semanas, mas finalmente veio a render-se em março de 597 a.C. A rendição da capital e a submissão do rei Joaquim, que tinha sucedido ao seu pai Joaquim, morto repentinamente três meses antes (Jr 22, 18s), salvaram da destruição Jerusalém e demais cidades de Judá. O rei Joaquim foi deposto e deportado para Babilônia, como também alguns membros da família real, os ministros e altos funcionários e os homens mais abastados da capital, sete mil militares e mil trabalhadores metalúrgicos, com a finalidade de impedir o rearmamento do país (2 Rs 24). Essa deportação, embora não acarretasse a remoção de todos os habitantes de Jerusalém, constituía, contudo, radical intromissão na organização do governo e na vida da população, com graves conseqüências para o futuro da nação⁵. A classe dirigente da nação foi levada ao exílio e o partido pró-babilônio preencheu os cargos administrativos do país, sob o reinado de Sedecias, irmão de Joaquim. Com as medidas repressivas contra o Templo, sabidamente o foco central do nacionalismo, Nabucodonosor visava a quebrar a resistência dos cidadãos à dominação estrangeira. Os sacerdotes — entre eles, Ezequiel — foram desterrados para Babilônia. Pesados tributos foram impostos à capital, tomados das reservas do Templo e do palácio real. Despojado de seus recursos e privado dos metalúrgicos, o país não tinha meios para

⁴ Nabucodonosor é a grafia grega da forma hebraica Nebucadnesar, ou da forma mais comum Nebucadresar; nenhuma dessas grafias corresponde, porém, perfeitamente ao babilônio *Nabu-kudurri-usur*.

⁵ O número dos deportados diverge nas fontes históricas: ao todo seriam 10.000 exilados, ou 7.000 ou 3.023; 2 Rs 24,14 menciona 10.000; em 2 Rs 24,16 constam 8.000; Jr 52,28 registra 3.023.

manter um exército regular nem tinha condições para rearmar os cidadãos, ficando vulnerável aos ataques dos povos vizinhos. Nabucodonosor não pretendia abolir o culto, nem a monarquia, nem o Estado; Judá continuava subsistindo como Estado vassalo, embora seu território ficasse reduzido, após a anexação de uma extensa área, situada ao sul de Judá, por Edom, país vizinho⁶.

O rumo que a política interna do Estado de Judá ia tomando refletia o conflito entre os objetivos que seus dois partidos políticos pretendiam concretizar. O partido reformista, encabeçado por Godolias e o profeta Jeremias, era hostilizado pelo partido da resistência, que tinha no falso profeta Hananias o porta-voz dos anseios pela restauração da soberania nacional. O rei Sedecias, de caráter débil e inconstante, era mero juguete nas mãos de influentes homens reacionários, que alimentavam o rancor contra a recente espoliação e fomentavam a esperança de libertação imediata. As notícias, vindas da Babilônia, sobre a rebelião do exército, em 595 a.C., logo reprimida por Nabucodonosor, foi ocasião de um complô organizado pelo partido da resistência e pelos representantes dos povos vizinhos de Judá (Jr 27,3). Entrementes, o imperador babilônio, retornando à Síria-Palestina em 594 a.C., impôs aos Estados vassalos novos tributos. O complô não resultou em insurreição aberta, porque Sedecias foi forçado a apresentar-se na Babilônia para dar explicações a seu suserano⁷.

Após o retorno de Sedecias a Judá, o partido da resistência teve que suspender a propaganda pela insurreição, apelando para sonhos de desforra e explorando um falso nacionalismo popular. Com palavras de grave advertência, o profeta Jeremias apontava aos cidadãos as trágicas conseqüências de uma insurreição: os líderes haviam de defrontar-se com a situação de anarquia (Jr 23,1-8) e o povo entraria em pânico diante das hostes inimigas (Jr 13,20-27). Entretanto, a trégua entre os dois partidos de Judá foi rompida em 589 a.C., quando Sedecias, sob

⁶ Y. AHARONI, *The Land of the Bible*, Philadelphia 1979, p. 406s. A anexação do Negueb e de uma parte da Sefela pelos edomitas será uma das causas da revolta de Judá contra a Babilônia, em 589 a.C. A. ALT, *Kleine Schriften II*, pp. 280-282; M. NOTH, *op. cit.*, p. 256. A extensão territorial da área de Judá foi reduzida a cerca 40x50km, de norte a sul e de leste a oeste; cf. W. F. ALBRIGHT, *The Biblical Period from Abraham to Ezra*, Harper Torchbook, New York 1963, p. 87.

⁷ Por ocasião da viagem da delegação judaica (Jr 51,59), Jeremias enviou uma carta aos judeus exilados na Babilônia, tirando-lhes as esperanças ilusórias de um próximo retorno à pátria, que os profetas nacionalistas procuravam manter vivas (Jr 29). O profeta Ezequiel faz eco, em suas pregações, às palavras de Jeremias.

pressão nacionalista, empunhou a bandeira da rebelião contra Nabucodonosor e entrou em coalizão com Amon (Ex 21,25) e a Fenícia, contando com o apoio do faraó Ofra, que enviou seu exército e sua frota à Palestina, retomando a política expansionista do Egito.

3. A QUEDA DE JERUSALÉM EM 587 a.C.

A reação de Nabucodonosor não se fez esperar. A Fenícia, praticamente a um só golpe, caiu nas mãos dos babilônios, e Judá tinha que enfrentar sozinho o invasor. O grosso do exército babilônio cercou Jerusalém a partir de janeiro de 588 a.C., enquanto destacamentos conquistavam as vilas de Judá, arrasando Láquis e Azeca, únicas cidades fortificadas que ainda ofereciam resistência (Jr 34,7). Em desespero de causa, os sitiados recorreram ao auxílio de Deus, renovando a sagrada aliança; em testemunho de fidelidade a Deus, deram a alforria aos escravos hebreus, na esperança de aumentar os efetivos do exército (Jr 34,8-27). O cerco foi levantado ante o avanço do exército egípcio, mas estes se retiraram, deixando Jerusalém entregue à sua sorte. A cidade resistiu, apesar da fome e da peste, até que uma brecha foi aberta na muralha e a guarnição caiu dizimada. Em agosto de 587 a.C., Jerusalém foi conquistada pelos babilônios; o rei Sedecias, fugindo para a Transjordânia, foi capturado perto de Jericó e levado à presença de Nabucodonosor em Rebla. Durante um mês ficou a cidade à mercê de saqueadores e depois foi entregue às chamas, e grande parte das muralhas foi desmantelada. Os instigadores da rebelião, tanto civis e militares como sacerdotes, foram executados (2 Rs 25,18-21) e 832 cidadãos de Jerusalém foram deportados para Babilônia (Jr 52,29). A cifra não é elevada, mas este número baixo merece mais crédito do que outros, mais altos, dos quais não há dados nas redações de 2 Rs 25 e Jr 39⁸.

Com a destruição de Jerusalém, desapareceu também a autonomia do Estado, a monarquia e seus órgãos governamentais. O território de Judá foi integrado ao império babilônico como província autônoma, com sede de governo em Masfa. Pouco tempo depois, sob instigação dos amonitas (2 Rs 25,22; Jr 40,7-16), o governador Godolias, com seus funcionários e a guarnição de soldados babilônios, foram assassinados. Tendo uma expedição punitiva de Nabucodonosor, um grupo de líderes judeus emigrou para o Egito, levando consigo, à força, o profeta Jeremias, embora ele lhes garantisse a segurança na pátria; no exílio, ao con-

⁸ As conjeturas sobre um maior número de deportados baseiam-se na hipótese de que as cifras se referem apenas aos homens, como chefes de família, devendo-se acrescentar o correspondente número de familiares.

trário, eles haviam de sucumbir (Jr 42, 1-43, 7; 2 Rs 25, 26). Uma nova revolta eclodiu no país em 582 a.C., liderada por elementos infiltrados dos países vizinhos. Nabucodonosor empreendeu uma campanha militar contra Amon e Moab⁹, capturou os membros da resistência na província de Judá e deportou 745 pessoas, elevando a 4.600 pessoas o número total de judeus exilados em Babilônia, nas três deportações de 597, 587 e 582 a.C. (Jr 52, 28-30).

4. JUDÁ NO PERÍODO DO EXÍLIO

A situação política de Judá durante o período do Exílio traz as marcas da hegemonia babilônica que se impunha a todos os países do Levante, desde a Mesopotâmia até o Egito. Seu interesse não era destruir os países da Palestina, mas apenas dismantelar suas bases militares, que tinham servido de cabeça-de-ponte às ofensivas egípcias. Mas o dismantelamento das fortificações causava também a ruína de construções sem objetivo militar. Que o Templo em Jerusalém fosse entregue às chamas não foi um ato de vandalismo da soldadesca, mas uma medida política intencional de Nabucodonosor para exterminar o foco de insurreição. Não se tratava, portanto, de uma profanação do lugar sagrado para impedir a prática do culto e extirpar a religião de Israel, pois, após a retirada das tropas de ocupação, veio um grupo de 80 israelitas, provenientes da província da Samaria em peregrinação a Jerusalém para apresentar a Deus suas oferendas (Jr 41, 4s). Desde então se instaurou uma liturgia penitencial, da qual resultou o livro das *Lamentações*.

Removidos da Palestina os obstáculos à política expansionista da Babilônia, começou a anexação dos reinos independentes ao império babilônico, como Estados vassalos ou províncias. Judá foi constituída em província babilônica, presidida por um governador judeu, Godolias¹⁰. Após a sua morte, o *status* político de Judá deve ter sido modifi-

⁹ A informação sobre a incursão do exército babilônio no território de Amon e Moab, por ocasião da campanha militar contra o Egito, é fornecida apenas por Josefo, *Ant.* X, 9.7.

¹⁰ Godolias pertencia a uma família de funcionários da corte real; era membro do partido reformista, de tendência pró-babilônica. Era filho de Aicam, alto funcionário dos reis Josias e Joaquim, e neto do chanceler Safã (2 Rs 22, 12, 14; Jr 26, 24). Nas escavações de Láquis descobriu-se um disco de argila com a impressão de um selo com a inscrição "De Godolias, intendente do palácio", datada de entre 597 e 587, que se supõe tenha pertencido a este Godolias, que teria ocupado esse cargo antes de ser governador. Cf. R. DE VAUX, "Le Sceau de Godolias, Maître du Palais", *RB* 45 (1936) 96-102.

cado, passando a distrito dependente da província de Samaria. É o que se pode inferir, não só do silêncio das fontes históricas em relação a um sucessor no cargo de governador, mas também da posterior resistência dos samaritanos à emancipação de Judá, no período persa. O território da província de Judá ficou reduzido a um terço de seu território em relação à área anterior como Estado autônomo. Com o limitado poder que os babilônios tinham concedido ao governo da província de Judá, não havia tropas para garantir a segurança territorial; suas fronteiras eram facilmente transpostas por foragidos da lei, vítimas da fome ou emigrantes em procura de melhores condições de vida. Por outro lado, as autoridades das diversas províncias, exercendo o controle sobre o fluxo das caravanas de mercadores que cruzavam as fronteiras, devem ter cobrado deles uma taxa sobre a circulação da mercadoria para sanear o erário público, onerado pela tributação imposta às províncias pelo governo central do império.

A situação social de Judá no plano demográfico e econômico era, após a retirada das tropas, extremamente crítica. Devido às sucessivas deportações, o povo de Judá ficou privado de seus dirigentes e da mão-de-obra qualificada. A organização estatal funcionava apenas precariamente. A posição jurídica do governador (*paqid*), com o respaldo da guarnição babilônia e a instalação da sede administrativa em Masfa, constituíram as estruturas sócio-econômicas dentro das quais se dava à população judaica a oportunidade de organizar uma modesta vida nacional¹¹. Godolias iniciou imediatamente um programa de reconstrução, convidando os sobreviventes da catástrofe a repovoar os poucos povoados e as comunidades rurais e a retomar as atividades normais. Essa reconstrução era, porém, bastante provisória, ao menos quanto a construções, não havendo delas vestígios nas escavações arqueológicas desse período¹². A população deve ter-se estabelecido em povoados que escaparam à destruição, e em nada contribuíram para a construção de edifícios e obras arquitetônicas. Para tanto podem ser aduzidas diversas razões: a população, constituída principalmente de agricultores; ausência de mão-de-obra qualificada para a construção civil; prioridade exclusiva

¹¹ A localização da sede administrativa em Masfa, a 13 km ao norte de Jerusalém, talvez se deva ao fato de não haver prédios intactos em Jerusalém, ou então à intenção de Nabucodonosor de dissipar as esperanças de restauração do reino de Judá, baseadas na ocupação e restauração da antiga capital.

¹² K. M. KENYON, *Archaeology in the Holy Land*, New York 1960, p. 297. Em consequência da demolição dos muros das cidades e das construções fortificadas, o país foi, em sentido arqueológico, reduzido à situação de *tábula rasa*. Cf. W. F. ALBRIGHT, *op. cit.*, p. 110.

à produção dos meios de subsistência; falta de recursos de uma província recém-constituída; tributação do excedente agrícola, cobrada pelo governo babilônio. Além disso, convinha dar uma solução ao problema da densidade demográfica, principalmente nas áreas urbanas, reduzida pelas sucessivas deportações.

O problema crucial a ser enfrentado era o perigo da desintegração da comunidade de judeus radicados no país. Faltavam os elementos de coesão que até então estruturavam a sociedade e aglutinavam os diversos setores da vida pública. Com as sucessivas deportações das lideranças da nação — os nobres, os sacerdotes e os detentores do poder político e econômico — entrou em crise a ordem pública com ameaças de subversão e anarquia, que poderiam causar a dispersão dos judeus remanescentes (Jr 41). O governo babilônio, porém, para evitar uma situação de anarquia, não introduziu população estrangeira — como tinham feito os assírios na colonização da província da Samaria, após a destruição do Reino do Norte, em 722 a.C. (2 Rs 17,24-41) —, mas promoveu outra forma de colonização, mediante elementos locais: distribuiu entre a população, que se poderia chamar de subproletariado citadino e rural, as terras dos deportados (Jr 39,10; 52,16)¹³. Com tal procedimento, os babilônios criaram uma classe de pequenos agricultores que recebiam seu título de propriedade, não por direito de herança ou compra, mas por intervenção do poder de ocupação. Esses novos proprietários haviam de manter sua fidelidade incondicional ao governo que lhes dera os meios de subsistência e um novo *status* social. Resultou uma considerável transformação social, ao serem elevados a uma posição de maior influência os denominados “pobres do país” (*dalat ha'areş*) (2 Rs 25). Eles, que não tinham voz nem voto, quer escravos hebreus, quer judeus depauperados, tornaram-se cidadãos com plenos direitos civis, pelo fato de serem legítimos proprietários de terra¹⁴.

Segundo a legislação israelita até então em voga, as terras ou os imóveis urbanos eram propriedade corporativa da família, enquanto subdivisão do clã. Em caso de endividamento, cabia ao clã a obrigação de “resgatar” essa propriedade para evitar sua alienação a estranhos. Com essa distribuição das terras, os novos proprietários eram equiparados aos chefes de família residentes na província de Judá. As glebas entre eles

¹³ Seria um anacronismo querer aplicar ao povo judeu de então os contrastes existentes em outros povos, passados ou presentes, entre “nobres” e “plebeus”, “capitalistas” e “proletariado”. Em Israel nunca existiram diversas classes sociais, no sentido moderno de grupos conscientes de seus interesses e opostos entre si. Cf. R. DE VAUX, *Ancient Israel*, London 1956², p. 68.

¹⁴ Cf. R. DE VAUX, *op. cit.*, p. 74.

distribuídas eram desmembradas das terras que tinham pertencido à coroa ou às famílias dos deportados. Inicialmente a população campestre deve ter-se ressentido da chegada desses adventícios, provenientes de cidades e povoados devastados, por receberem de mão beijada terras com pomares, vinhedos, olivais e campos de lavoura (Jr 40,10). Mas esse ressentimento deve ter-se abrandado, ao retornarem à pátria todos os judeus refugiados em Moab, Amon e Edom (Jr 40,11s). Estava em jogo algo maior do que a subsistência de alguns; tratava-se da sobrevivência da nação.

5. A COMUNIDADE JUDAICA EXILADA NA BABILÔNIA

Com o desaparecimento do Estado de Judá, desmembrou-se a nação em diversas populações, submetidas a regimes políticos diferentes: a população mista de Samaria, os exilados de Babilônia, os refugiados que se fixaram no Egito, nos territórios vizinhos de Judá, tais como Edom, Transjordânia e Galiléia, e os judeus remanescentes em Judá¹⁵. Embora essas comunidades adquirissem, no curso de meio século, uma incorporação concreta, em situações sociais diferentes, a hegemonia do império da Babilônia condicionava sua existência. A tutela do governo central se estendia sobre todas as províncias, inclusive os grupos de minorias étnicas implantados no meio de outras populações sedentárias¹⁶. Para os judeus exilados na Babilônia era vantajosa sua segregação em colônias fechadas, inicialmente como medida provisória, depois definitiva, com aprovação do governo. Muitos dos que preferiram ficar nessas colônias ou se transferiram para outros lugares tornaram-se prósperos e conseguiram acumular riquezas no Exílio. Falar, portanto, do Exílio em termos de "cativeiro" não corresponde à realidade dos fatos¹⁷. Numerosas colônias judaicas, existentes no Negueb — anexado por Edom —, na Sefela — região no limite meridional da planície de Saron (Ne 11,25-35) —, em Galaad e na Galiléia, não sendo molestadas pela respectiva população autóctone, conservaram a coesão e sua identidade própria. Essas colônias, localizadas na Palestina, sentiam-se vinculadas à comunidade de

¹⁵ Cf. Y. AHARONI, *op. cit.*, p. 419.

¹⁶ Os assírios não tinham exercido essa tutela sobre os deportados de Samaria, transferidos, em 722 a.C., para três regiões distintas na Mesopotâmia e Média (2 Rs 17,6), e por isso devem ter sido assimilados pela população local.

¹⁷ Cf. H. CAZELLES, *op. cit.*, p. 199; G. W. ANDERSON, *The History and Religion of Israel*, Oxford 1966, p. 141.

Judá e mantinham estreitos laços de mútua solidariedade, tornando-se florescentes centros de cultura judaica no período do Segundo Templo¹⁸.

A influência de maior repercussão no império babilônio foi a introdução do aramaico como língua franca da região. Os judeus adotaram o alfabeto aramaico — o assim chamado alfabeto quadrado — em substituição do alfabeto fenício¹⁹. Começaram também a servir-se sempre mais dessa língua, que veio a substituir rapidamente o hebraico, especialmente nos assuntos ordinários do dia-a-dia. O hebraico ficou restrito aos assuntos atinentes ao culto e à discussão teológica²⁰. Elementos de escrita aramaica aparecem também nas línguas moabita e edomita²¹. A difusão da língua e escrita aramaicas facilitou também a comunicação entre as comunidades judaicas. Pelo uso constante dessa escrita se padronizou a grafia que veio a substituir gradativamente o alfabeto fenício — isto é, a escrita paleo-hebraica — que se usava na escrita da língua hebraica. Segundo a tradição, ao escriba Esdras cabe o mérito de ter introduzido a escrita aramaica na transcrição dos textos bíblicos (bab. Sanhedrin 21b). A referência mais antiga da Bíblia sobre o uso da escrita e o formato dos textos redigidos (Jr 36) data do período babilônico²². Durante o período exílico começou uma profícua atividade literária de transcrição e compilação de textos bíblicos bem como a redação de no-

¹⁸ Cf. Y. AHARONI, *op. cit.*, p. 416, 419.

¹⁹ Em lugar da expressão "alfabeto quadrado", F. M. Cross propõe a designação "escrita judaica primitiva", quando usada em estudos paleográficos. A razão é que a forma "quadrada" da escrita representa um estágio posterior, na evolução da escrita, a partir da forma protocursiva e semicursiva. F. M. CROSS, "The Development of the Jewish Scripts", em *The Bible and the Ancient Near East*, ed. G. E. WRIGHT, Garden City, N. Y. 1961, pp. 132-202.

²⁰ J. A. SOGGIN, *Storia d'Israele*, Brescia 1984, p. 382.

²¹ Cf. J. R. BARLETT, "The Moabites and Edomites", em *Peoples of Old Testament Times*, ed. D. J. WISEMAN, Oxford 1973, pp. 229-258.

²² Os 21 "Óstracos de Láquis", escritos em torno de 588 a.C., fornecem informação valiosa sobre as condições vigentes no tempo de Jeremias. Nesses textos, escritos em língua hebraica, os elementos essenciais são idênticos à linguagem do AT. A escrita paleo-hebraica é reproduzida em tinta, aplicada por um cálam, ou pena, sobre fragmentos de cerâmica, ou, mais comumente, sobre folhas de papel feito com papiro, ou sobre pergaminho. ANET, p. 321. D. W. THOMAS, *Documents from Old Testament Times*, Harper Torchbook, New York 1961, pp. 212-217.

vos livros²³. Um amplo intercâmbio de escritos incentivou a criatividade literária, em consonância, porém, com as específicas tradições teológicas, cultivadas anteriormente em Israel e em Judá, e respeitando-se as características próprias da matriz sócio-cultural e religiosa em seu desenvolvimento ao longo das diversas etapas da história de Israel, e atendendo ao ambiente do culto no Templo, em Sião, ao ensino sapiencial ministrado na corte real, em Jerusalém, e ao movimento profético, com o enfoque típico de cada profeta²⁴.

A permanência de comunidades judaicas em países estrangeiros, durante o período exílico, se prolongou por duas gerações e, em alguns casos, foi bem mais prolongada. Durante esse tempo havia oportunidade para múltiplos contatos culturais, que se mostraram benéficos para a cultura de Israel²⁵. De elevado nível de formação cultural e técnica, os judeus exilados procuravam, dentro de suas possibilidades, aplicar seus conhecimentos. Babilônia exercia um fascínio sobre os forasteiros; impressionava com seus monumentos arquitetônicos, seus jardins suspensos, as magníficas liturgias em honra aos deuses tutelares, com a organização administrativa, o gigantesco sistema de irrigação abrangendo extensas áreas cultivadas. Vencida a etapa inicial, penosa a qualquer imigrante, e superado o trauma da deportação²⁶, os exilados convenceram-se do acerto das palavras do profeta Jeremias de que a prosperidade de Babilônia seria sua condição de sobrevivência como comunidade (Jr 29, 7). Localizados na região de Nipur, na província mais rica da Mesopotâmia, cuja economia, à base da agropecuária, criava um intercâmbio comercial com outros centros urbanos e a metrópole, a complacência na situação de prosperidade poderia ter entorpecido nos judeus a consciência de sua vinculação à Terra Prometida, não fosse o empenho dos mentores da comunidade em manter viva a memória coletiva das tradições

²³ Cf. J. SCHARBERT, *op. cit.*, p. 114.

²⁴ Cf. O. H. STECK, "Theological Streams of Tradition", em *Tradition and Theology in the Old Testament*, ed. D. A. KNIGHT, Philadelphia 1977, pp. 183-214.

²⁵ A influência da cultura babilônica no judaísmo consta da adoção do calendário mesopotâmico, em substituição ao cananeu, e de nomes próprios babilônicos, registrados nas listas onomásticas de judeus residentes no exílio.

²⁶ Na fase inicial predominavam, entre os exilados, sentimentos de dor profunda e de rancor contra os devastadores de Israel (cf. Sl 137; Abdias); em seguida, surgiu um movimento de euforia coletiva, produzido pelas pregações cheias de esperanças utópicas que os profetas nacionalistas Acab, Sedecias e Semeias (Jr 29, 21-32) instilaram nos judeus da Babilônia.

religiosas de Israel, redigindo-as e atualizando-as nas reuniões cultuais.

Dois profetas marcaram a mentalidade religiosa dos judeus da Babilônia: Ezequiel e um profeta anônimo, que se convencionou chamar Dêutero-Isaías. O primeiro retomou a pregação de advertência profética, que Jeremias praticava em Judá, contra a infidelidade religiosa dos judeus à lei divina. Analisando a história da salvação, ele fez uma severa crítica dos desvios do passado e à geração presente censurava sua decadência moral. Para engajar a cada um na obra de uma restauração que não fosse utópica, rejeitou a doutrina da retribuição coletiva para insistir na retribuição individual, segundo o princípio de que cada pessoa é objeto tanto da justiça de Deus como de seu amor. A mensagem do profeta Ezequiel repercutiu no Exílio como na pátria, pela ênfase no sentido religioso da vida humana, na salvação individual que cada judeu deveria procurar como objetivo de interesse maior e que se efetua apesar dos desastres nacionais. O retorno dos exilados à Palestina e a restauração nacional são vistos na perspectiva de que ao pecado segue o castigo; após a conversão se renova a esperança na redenção, quando Deus faria uma nova aliança com o povo eleito, instaurado na Terra Santa, organizado segundo uma nova constituição e governado pela hierocracia, com sede no novo Templo de Jerusalém.

A pregação de Ezequiel deu impulso à formação de um círculo de estudos sobre a mensagem do profeta Isaías. Desse círculo surgiu o Dêutero-Isaías, um discípulo com intuições profundas e com o carisma da inspiração divina, que reinterpretou o papel do povo eleito — representado por meio de uma personalidade corporativa, na figura de um rei, profeta ou líder da comunidade — em termos de missão do povo de Deus no mundo, motivado pela fé na redenção escatológica. Em nenhum momento de sua história viu-se Israel tão necessitado em tomar consciência da eleição divina como no desterro, à mercê do ambiente politeísta. Aparentemente não havia lugar para Javé exercer sua tutela sobre a comunidade javista, exilada em terra pagã e reduzida a uma minoria religiosa. Competia, pois, a esse profeta o papel de explicitar a transcendência do Deus verdadeiro, por meio de uma teodicéia, baseada no argumento cosmológico e no monoteísmo ético, e de uma polêmica antipoliteísta, para mostrar à comunidade javista que sua existência como “povo segregado” se condicionava tanto por sua fidelidade às promessas da aliança divina como por seu total inconformismo frente ao ambiente politeísta.

A deportação de judeus para a Babilônia fez convergir diferentes tradições religiosas de Israel, cultivadas pelos diversos grupos, provindos dos círculos sacerdotal e levítico, dos escalões do funcionalismo governamental e das escolas de escribas profissionais, da região do Norte e do

Sul de Israel. Todos esses grupos eram portadores de reflexões sobre o mundo, sobre Deus e o homem, transmitidas de forma oral e por escrito. Por força da mútua cooperação para manter sua coesão e conservar sua identidade religiosa, foram repensadas as tradições que, em confronto com as dos contemporâneos e vizinhos, evoluíram gradativamente nos estágios de sua articulação literária. Na elaboração escrita foram mantidas as diferenças de estilo, linguagem e concepção teológica, em atenção às diversas tradições religiosas com particular ressonância nos respectivos círculos que as conservavam como legado da fé, transmitido pelos antepassados. O núcleo central das tradições de Israel está na experiência do Êxodo e do Sinai, incluindo os elementos normativos sobre a constituição do povo eleito e a revelação de Deus, cuja relação com o povo de Israel fora interpretada em termos de aliança sagrada. Essa vinculação entre Deus e o povo eleito, realizada no período do Êxodo, foi relacionada com situações análogas dos períodos antecedentes — a história dos Patriarcas e a história dos primórdios. À luz dessa visão retrospectiva sobre a história sagrada, eles perceberam que, sem Estado autônomo, a possibilidade de sobrevivência do povo eleito estava condicionada à comunidade sociológica e cultural²⁷.

6. A COMUNIDADE DE JUDEUS REFUGIADOS NO EGITO

Outra comunidade de judeus com atuação expressiva no período do Exílio reunia quatro grupos, residentes nas cidades de Táfnis e Migdol, ambas no Delta do rio Nilo, na capital Mênfis e na região de Patros, situada no Alto Egito (Jr 44,1). Já dois séculos antes, refugiados de Israel e Judá, emigrando para o Egito em busca de segurança, haviam-se estabelecido no Baixo e Alto Egito (Is 11,11); mas sobre esses emigrantes não há maiores informações. Levas sucessivas de emigrantes foram juntar-se à população judaica refugiada no Egito. Já no tempo de Sedecias, após a conquista de Jerusalém, em 597 a.C., a comunidade judaica no Egito era tão numerosa que Jeremias a equiparava com a comunidade de Jerusalém e com o resto de Judá (Jr 24,8). Posteriormente, por ocasião da morte do governador Godolias, considerável grupo de judeus partiu para o Egito levando consigo Jeremias e Baruc. Compunham esse contingente de emigrantes, liderado por Joanã, além de habitantes de Masfa, judeus procedentes de Amon, Moab, Edom e de outras regiões (Jr 40,7-12; 41,10; 43,4-7). O motivo de sua opção pelo Egito, e não

²⁷ Cf. C. WESTERMANN, *Theologie des Alten Testaments in Grundzügen*, Göttingen 1978, pp. 181-191.

por países vizinhos de Judá, era, além da segurança em país com governo estável, a política de tolerância para com minorias étnicas, que possibilitava aos judeus sua organização em colônias coesas, para manter sua identidade religiosa²⁸. É provável que alguns deles entrassem no serviço militar do exército egípcio ou assumissem funções administrativas junto à guarnição, a julgar-se pelo local escolhido por Jeremias para executar sua ação simbólica, na entrada da "casa do faraó", em Táfnis; parece ser uma clara indicação de estreito nexo entre os judeus e o estabelecimento governamental (Jr 43,8ss). Essas comunidades judaicas estavam em intercomunicação, de sorte que as advertências do profeta Jeremias contra o sincretismo religioso eram dirigidas aos judeus de Migdol e Táfnis, no Norte, de Elefantina, no Sul, de Mênfis, capital do país (Jr 43,8-44,30). Até mesmo os judeus exilados na Babilônia tinham notícia dessas comunidades no Egito; "de Migdol a Siene, isto é, até à fronteira de Cush" (Ez 29,10) é uma indicação concreta da extensão geográfica do extremo Norte ao extremo Sul do Egito²⁹.

Devido às suas funções como militares ou funcionários civis a serviço das guarnições, os judeus se integravam em classe social mais elevada em relação aos pescadores "impuros", aos pastores e trabalhadores braçais do campo e da cidade³⁰. Em razão de seu ofício, alguns deles acompanhavam as caravanas em seu percurso pelo país, beneficiando-se dessa considerável mobilidade para contatos sociais e culturais³¹. A che-

²⁸ Numerosos grupos étnicos, procedentes do estrangeiro, estabeleceram-se no Egito; contingentes militares e mercadores gregos, acantonados nas cidades do Delta oriental, fenícios em Mênfis, judeus em Migdol, Táfnis e Elefantina. Muitos deles serviam no exército ou na marinha. Núbios, líbios e sírios exerciam função análoga. J. VOYOTTE, "Egypte Ancienne", em *Histoire Universelle* I, ed. R. GROUSSET et E. G. LEONARD, Paris 1956, p. 245. O privilégio de dupla cidadania, concedido a esses forasteiros suscitou ressentimentos entre a população autóctone do Egito que os faraós procuravam minorar pelas restrições no comércio, impostas aos estrangeiros, e pela fundação de colônias fechadas. F.K. KIENITZ, "Die Saitische Renaissance", em *Fischer Weltgeschichte* IV, Frankfurt, a.M. 1967, p. 273.

²⁹ Siene é a atual cidade de Assuã, às margens do Nilo, frente à qual se encontra a ilha de Elefantina, onde havia uma guarnição de soldados judeus.

³⁰ F. K. KIENITZ, *op. cit.*, pp. 276-282.

³¹ Uma carta em aramaico, escrita de Migdol, no período persa, permite inferir uma situação análoga ao século anterior. A carta, que certo Oséias endereça ao filho Shelomam, traz instruções sobre a retirada do soldo atrasado, na guarnição estacionada em Elefantina. Além das lembranças pessoais do pai e da mãe consta também uma saudação ao templo de YHW, em Elefantina. B. PORTEN, *Archives from Elephantine*, Berkeley and Los Angeles 1968, p. 42.

gada dos refugiados judeus ao Egito coincidia com a imigração de outras minorias étnicas, provindas da Ásia Menor, das ilhas do Mar Egeu, da Grécia e da costa oriental do Mediterrâneo. O que a muitos deles atraía ao Egito era a expansão do intercâmbio comercial, ou a contratação de contingentes estrangeiros pelo exército e pela frota, ou ainda a renascença cultural promovida pelos faraós do período saíta (656 até 525 a.C.). Façanhas até então inigualadas, como a construção do canal que liga o Nilo com o Mar Vermelho, e a circunavegação da África³², divulgavam a fama da grandiosidade do império. O rápido incremento da população urbana nas cidades do Delta e a atividade febril na construção de palácios, templos e mausoléus, rivalizavam com a criação de obras artísticas em esculturas e pintura. A criatividade artística, embora espontânea e vigorosa, reduzia-se à fiel reprodução em estilo e técnica, em voga no Antigo e Médio Império, e à imitação de idéias e formas. Com a simplificação da escrita hierática, entrou em uso, nessa época, a escrita demótica, facilitando a divulgação de obras literárias do Médio e Novo Império e da produção literária desse período, especialmente narrativas e instruções sapienciais³³.

A fisionomia geral dessa época é marcada pela mentalidade predominante em todas as camadas da sociedade egípcia. No âmbito cultural é o arcaísmo, que limita a criação artística à fiel reprodução dos modelos clássicos, na obsessão de preservar a tradição do passado. No âmbito social predomina o imobilismo das estruturas sociais, na intransigente manutenção do esquema das relações sociais do passado. No âmbito religioso se destaca o servil cultivo de todas as formas e fórmulas de fetichismo, numa época de aflição espiritual. Entretanto, na faixa da classe letrada, do período saíta, houve círculos de pensadores que tinham concepções religiosas e éticas muito elevadas. Em nível popular, porém, reinava um formalismo cultural idolátrico. Não é, pois, de admirar-se o espanto dos imigrantes ante o excesso desse culto tributado às

³² A construção do canal no leito do wadi Tumilat, iniciada pelo faraó Seti I (1318-1304 a.C.) e retomada por Necao II (610-595 a.C.) foi concluída pelo imperador persa Dario I (522-486 a.C.). A razão de deixar incompleta a obra era o perigo de inundação da região do Nilo pelas águas salgadas do Mar Vermelho, se o canal fosse aberto, já que o nível do Mar Vermelho estaria mais elevado em relação às águas do Nilo, segundo o relato de *Diódoro Sic.* I, 33. 9. — A maior façanha marítima da antiguidade é a circunavegação da África, realizada por uma tripulação fenícia a serviço da marinha do faraó Necao II. Ao relatar o êxito dessa expedição, que partiu do Mar Vermelho e voltou após três anos ao Egito pelo Mar Mediterrâneo, o historiador Heródoto achava que fosse uma lenda, *Hist.* IV, 42.

³³ Cf. M. LICHTHEIM, *Ancient Egyptian Literature III, The Late Period*, Berkeley and Los Angeles 1980.

mais diversas espécies de animais, sagrados às divindades, pelo uso de amuletos, pela construção de imponentes mausoléus e numerosos cemitérios para animais mumificados e pelo fanatismo com que a população das diversas localidades rivalizava na prática de ritos, a ponto de se digladiar por causa da morte acidental de um desses animais sagrados.

A reação do profeta Jeremias não era, porém, de espanto, mas de indignação contra a idolatria, que proliferava, sob todas as formas, entre os habitantes do Egito. A palavra do profeta assume a forma de grave denúncia, dirigida aos refugiados judeus que praticavam o culto idolátrico da "rainha do céu", como imprescindível pressuposto de uma existência feliz (Jr 44). Embora conservassem sua fé em Javé, os judeus não estavam em condição de resistir por muito tempo ao contágio da mais primitiva idolatria. Era a aculturação pressionando uma minoria religiosa, destituída de fortes motivações e de vinculação com seu centro religioso. A prática do sincretismo religioso era a etapa inicial do processo de assimilação que, em etapas sucessivas, havia de apartar os judeus da prática da religião javista. O confronto entre o monoteísmo javista e o politeísmo não se situa meramente em nível de práticas religiosas, mas na concepção de um Deus transcendente que se revela aos homens e constitui a base da religião e da moral, em oposição ao politeísmo egípcio, que, desvinculando moral e religião, multiplica as divindades, cujos poderes são cultuados por meio de exuberante zoolatria. Na medida em que as formas desse politeísmo se vulgarizavam entre a população e penetravam na vida pública, ninguém se podia furtar à sua influência. Por isso o profeta Jeremias previa um destino sombrio, reservado à minoria judaica que optasse estabelecer-se no Egito, em busca de segurança econômica, às expensas de sua identidade religiosa. Alguns desses refugiados, tomando a peito as sérias advertências do profeta, retornaram à Judéia, já durante o Exílio ou logo após esse período, levando consigo os textos de Jeremias redigidos por Baruc (Jr 44,14.28). Pelo fim do Exílio, um profeta exilado em Babilônia anunciou, em termos jubilosos, o retorno dos judeus refugiados, vindos "do Norte e do Oeste e do território de Siene" (Is 49,12).

7. A COMUNIDADE DE JUDEUS NA JUDÉIA

Com a volta à normalidade, a população de Judá, entregue a si mesma, cuidou de sua subsistência, cultivando a terra. Não havia interferência ostensiva dos babilônios na vida dos habitantes de Judá, nem por ocupação militar nem por imigração de estrangeiros. Passando por sucessivas incursões militares, o país de Judá, no período de uma geração, ainda não se recuperara dos efeitos da deportação e da destruição

das cidades; não figurava na lista de províncias produtivas, nem merecia atenção especial da parte dos babilônios, pois, com sua estrutura econômica desmantelada, não tinha condições de tornar-se, a curto prazo, fonte tributária para o governo. O vácuo político, criado com a morte do governador Godolias e a debandada dos funcionários do governo local, residentes em Masfa, deixou o país exposto a incursões de rapina por bandos seminômades e assaltantes, provindos dos países vizinhos (Ez 25; Ab). Desafiados em seu instinto de autopreservação, já que não podiam contar com o auxílio e proteção do governo central, os judeus se organizaram em comunidades para tratar de sua autodefesa. A organização interna ficava a cargo dos membros do antigo regime: funcionários, membros da clerezia rural, sábios e escribas, que haviam fugido ao cerco das tropas babilônias e à deportação. Mentores das comunidades judaicas, eles contribuíram eficazmente para a restauração espiritual e religiosa da população humilhada, em situação desalentadora diante da pátria devastada, o Templo em ruínas, a dinastia exilada, a nação dispersa.

A população de Judá tomou consciência de ser "o povo" (*ha'am*), estabelecido na "terra" do javismo (Jr 40, 1-6)³⁴, em contraste com os judeus deportados, relegados ao exílio (*galût*). Para criar essa consciência, a comunidade étnica tinha que transformar-se em comunidade ética e religiosa, nos moldes da antiga. Com esse objetivo, a escola deuteronomista, ao interpretar as tradições religiosas desde o início da história de Israel até à situação do Exílio, abriu a perspectiva de iniciar-se nova etapa histórica, à base da promessa de intervenção divina em favor de um povo convertido a Deus³⁵. Com esse processo de conversão se visava a alcançar a vinculação do povo com Deus e fomentar a integração de todos os segmentos da população na unidade nacional incipiente. Não se tratava, portanto, de neutralizar os contrastes entre uma classe social e outra, mas de engajar todos os judeus autóctones, mesmo aqueles que se mostravam indiferentes a grandes ideais ou recalcitrantes a determinadas exigências que afetassem suas convicções e seu estilo de vida, impondo-lhes novas responsabilidades no âmbito religioso e social³⁶. Para implantar a coesão interna, não podiam valer-se das instituições da nação — Templo, sacerdócio, realeza — desativadas com a destruição de

³⁴ A população de Judá é o substrato do futuro povo de Deus, na profecia de Jeremias sobre a organização da modesta vida nacional, iniciada por Godolias. Cf. P. R. ACKROYD, *op. cit.*, p. 57. J. M. ABREGO, *Jeremias y el Final del Reino*, Valencia 1983, pp. 89-97.

³⁵ Cf. C. WESTERMANN, *op. cit.*, pp. 185-187.

³⁶ Cf. P. R. ACKROYD, *op. cit.*, p. 30.

Jerusalém. Recorriam, portanto, a outras formas de expressão comunitária que estreitassem os laços de solidariedade religiosa e social e ajudassem a evitar a ruptura com o passado do povo eleito. As ruínas do Templo de Jerusalém ainda serviam como lugar de peregrinação, aonde inclusive romeiros do antigo Reino do Norte, vindos de "Siquém, Silo e Samaria" (Jr 41,5), vinham oferecer oblações e incenso. Instaurou-se também uma liturgia de penitência, para a qual foram compostas as lamentações, origem do livro das *Lamentações*³⁷. Foram elaboradas também antologias litúrgicas, nas quais foram inseridos, de forma seletiva, textos bíblicos de temas apropriados para as celebrações da liturgia, que servissem de subsídio para a reflexão e prece comunitária da camada semialfabetizada³⁸. Além disso, membros dos círculos de estudo coletavam e editavam as composições literárias dos profetas, apropriando-se das tradições proféticas que tinham sido restritas ao círculo dos discípulos, para divulgá-las entre a camada letrada. Essa redação dos textos proféticos é indicação concreta de que a validade das revelações proféticas se estende para o futuro (Jr 36,27-32). Além do mais, os vaticínios do castigo divino, anunciados no passado, têm o selo de autenticidade pela confirmação que receberam com a destruição de Jerusalém, servindo de argumento convincente para aplicar à vida da comunidade de Judá os ensinamentos que, no período da monarquia, a massa do povo tinha rejeitado. No processo de redação dos livros de Amós, Oséias, Miquéias, Sofonias, Habacuc e Naum, vários textos foram ampliados e receberam, inclusive, a adaptação e interpretação das profecias, para serem aplicadas à situação do presente. Uma modificação significativa ocorreu na redação subsequente dos oráculos de Jeremias, que Baruc tinha situado no contexto da vida e atividade do profeta, resultando nova agrupação dos textos, em coleções, de forma semelhante aos outros livros proféticos (cap. 1-24 [25]); compilou-se uma série de passagens em forma de narrativas bem elaboradas, como também relatos his-

³⁷ As lamentações rituais faziam parte, dali em diante, da literatura comemorativa da catástrofe nacional. De acordo com Zc 8, 19, esses ritos deviam ser praticados quatro vezes ao ano: no quarto mês, pela queda de Jerusalém; no quinto mês, pela destruição do Templo; no sétimo mês, pelo assassinato de Godolias; no décimo mês, pelo início do cerco de Jerusalém.

³⁸ Textos duplicados, com variantes, constam nos Livros Históricos do AT e nos Salmos (p. ex. 2 Sm 22 = Sl 18), nas Crônicas e nos Salmos (p. ex. 1 Cr 16, 8-36 = Sl 105,1-15; 106,1.47-48), ou no mesmo livro dos Salmos (p. ex. Sl 31,2-4b = 71,1-3; 60,7-14 = 108,8-14). Pelo fato de serem passagens inseridas em outros textos e não meras citações de algumas palavras ou frases, se pode inferir diversas tradições e procedências de sua transmissão oral e escrita.

tóricos (cap. 26-45), que talvez, antes de mais nada, visassem oferecer uma interpretação da derradeira etapa da história de Judá, como Estado autônomo, e, portanto, seu significado para o futuro, e não, propriamente, apresentar a personalidade do profeta³⁹.

A julgar pelos acréscimos aos oráculos proféticos de outrora, que condenavam, em termos causticantes, os israelitas que freqüentavam cultos idolátricos, os redatores quiseram, não apenas relatar uma situação religiosa do passado, mas ressaltar também a causa interna da desintegração da comunidade. Nesse sentido, a constante retomada desse tema, em cada um dos livros proféticos, e o vigor retórico de sua abordagem constituem os elementos de uma argumentação implícita contra a objeção dos judeus de que Deus se tornara ineficaz na defesa do povo eleito, sucumbindo a nação ao impacto da agressão externa, por ter falhado a aliança divina. Ao inverter essa objeção, o argumento se baseia na premissa de que a nação fora destruída, em castigo da infidelidade do povo judeu para com seu Deus. A mesma argumentação é usada no livro das *Lamentações*, cujos poemas desvendam todo o alcance da catástrofe nacional e seu significado religioso, como mensagem do Deus justo ao povo pecador, do Deus misericordioso ao povo arrependido e penitente.

A atualização da mensagem profética, pela redação escrita e a divulgação dos textos entre a camada letrada e semiletrada e pela assimilação de seu ensinamento, que as celebrações litúrgicas proporcionavam à comunidade dos fiéis, levou a resultados surpreendentes, em termos de coesão social e religiosa dos judeus. Eles se organizaram socialmente no quadro histórico de sua época, e, ao mesmo tempo, estreitaram entre si os laços religiosos existentes, consolidando sua vinculação comunitária com o Deus de Israel, segundo os princípios da religião javista. Ao longo de duas gerações, a população de Judá continuou mantendo sua identidade como povo segregado, resistindo com tenacidade às tentativas de assimilação por parte dos povos vizinhos. Ao conservarem suas raízes profundamente fixadas na terra de Judá, eles asseguraram a integridade territorial e conservaram incólume, na Terra Prometida, a pátria de quantos, dentro ou fora do país, professassem sua fé em Javé. O retorno dos judeus exilados, em sucessivas levas, após a promul-

³⁹ P. R. ACKROYD, "The Old Testament in the Making", em *The Cambridge History of the Bible I*, ed. P. R. ACKROYD and C. F. EVANS, Cambridge 1978, p. 110. E de se observar a estreita relação entre os textos de Jr. 26-45 e as seções narrativas referentes à queda de Jerusalém, em 2 Rs 25. Os autores que produziram a história deuteronomista contribuíram também na redação do livro de Jeremias, em especial nos textos de Jr 26-45. Cf. P. R. ACKROYD, *Exile and Restoration*, p. 67.

gação do edito de Ciro em 538 a.C. sobre a restauração de Israel (Esd 6,3-5), representa eloqüente ato de reconhecimento aos judeus autóctones, como defensores da pátria, pela acolhida que davam no pátrio lar de seus antepassados (Is 60,4-5). Mais importante, porém, que a defesa da integridade territorial do solo pátrio contra o desmembramento da Judéia, ou sua anexação aos países vizinhos, ou a infiltração maciça de grupos alienígenas, é a integridade do javismo que a população de Judá manteve durante o período do Exílio. O testemunho implícito à sua prática da fé autêntica é dado pelos profetas Ageu e Zacarias, que, no início do período de restauração, não tinham a mínima censura a fazer a quaisquer desvios doutrinários ou aberrações idolátricas, que eles tivessem que reprovar na comunidade dos fiéis.

Essa fidelidade à religião javista é tanto mais notável, quando levadas em conta as condições adversas, que a submetiam a dura prova. Pois o confronto com o politeísmo, professado pelos babilônios, detentores do poder sobre a Palestina, exigia da comunidade judaica a elaboração de uma fundamentação teológica do monoteísmo para resistir ao impacto dos questionamentos de sua fé, a exemplo dos judeus exilados na Babilônia. Enquanto, porém, os judeus da Babilônia tinham no profeta Deutero-Isaías o mentor inigualado, que soube articular a concepção monoteísta, os judeus da Palestina possuíam nos líderes religiosos de sua comunidade os intérpretes dos escritos proféticos do passado, que eles atualizaram, em vista dos problemas do presente. Mais desgastante, porém, no esforço de manter sua fidelidade à fé, em confronto com o politeísmo, era a resistência ao sincretismo religioso, praticado pelos samaritanos, que tinham a jurisdição administrativa sobre o território de Judá. Sob tais condições, pouca esperança de sobrevivência restaria ao javismo, não houvesse uma comunidade que fez de sua fidelidade à religião javista a expressão de sua adesão à fé dos antepassados e o testemunho de sua missão de dar continuidade às tradições religiosas do passado e de constituir-se em centro de convergência e de irradiação para todos os judeus da diáspora. Apesar da dependência política, em virtude do desaparecimento da autonomia do Estado judaico, não houve dependência religiosa, que teria substituído o javismo pelo politeísmo ou desvirtuado a religião javista em religião sincretista. A sobrevivência da comunidade judaica demonstra que uma minoria religiosa pode subsistir em meio a uma maioria que professa crenças diferentes, quando objetivos mais amplos prevalecem sobre interesses particulares.

Aliás, um fator que favoreceu a coesão da comunidade judaica foi a política de tolerância religiosa do império babilônico, permitindo aos povos subjugados e às minorias étnicas praticar sua religião nacional. Disso se beneficiaram todas as comunidades de judeus, localizadas na

Babilônia, em Galaad, na Galiléia e em Judá. Em todas as províncias do império vigorava essa política, cuja execução ficava a cargo das autoridades locais, subordinadas aos comissários imperiais. Esses estavam especialmente atentos à manutenção da paz na região da Palestina, para impedir que um distúrbio entre a população, por causa de tensão social ou religiosa, deflagrasse uma insurreição, pretexto para o exército egípcio invadir o território do império babilônico. Certamente não faltaram motivos para acirrar as tensões entre os diversos grupos de habitantes da província de Samaria. Basta lembrar as diversas procedências de sua população, composta de grupos imigrantes que os assírios tinham transferido da Babilônia, Susa, Uruc e de outros lugares (Esd 4,9-10), e as diferentes condições de vida que daí resultaram em relação à população autóctone de origem israelita, que se considerava, não sem direito, como legítimos herdeiros do antigo reino de Israel. Além disso, desde tempos remotos, havia rivalidade entre Israel e Judá; finalmente, no período pós-exílico, o cisma samaritano ratificou, de modo irreversível, a ruptura entre os dois povos.

Já que a rivalidade só existe entre iguais em luta pela hegemonia, não se pode falar em rivalidade entre samaritanos e judeus durante o período do Exílio. As tensões que então houve entre os habitantes de Judá eram fundamentalmente, manifestações de sua aspiração à igualdade social, que lhes era negada pela classe governante de Samaria, e exprimiam sua reivindicação de participação no governo de seu território, então sob jurisdição administrativa da província samaritana. Seu clamor por justiça⁴⁰ é a exigência do direito ao seu reconhecimento, como povo à parte, capaz de reger-se por um sistema de leis, que a escola deuteronomista tinha elaborado e estava em vias de ser codificado para servir de carta constitucional da comunidade judaica. A realização de suas aspirações só veio a concretizar-se sob o novo regime político, quando os persas suplantaram os babilônios na hegemonia sobre o antigo Oriente Médio; a mudança na política administrativa das províncias da Palestina só após uma geração se fez sentir.

Durante o meio século de período exílico, a comunidade judaica conseguira manter viva a fé do povo que permaneceu na Terra, nos mol-

⁴⁰ A situação de insegurança da comunidade judaica era causada por fatores externos e internos. Por um lado, os povoados limítrofes de Edom estavam sujeitos a incursões das tribos seminômades que já se tinham apoderado de uma extensa faixa de terra ao sul de Judá (Abdias; Zc 7,7). Por outro lado, a estabilidade social da comunidade estava ameaçada pelo prevalectimento de alguns judeus que se apropriaram de bens alheios por um ato de injustiça (isto é, roubo), conservando-os em seu poder por meios fraudulentos (isto é, perjúrio), apesar de conhecida publicamente sua apropriação indevida (Zc 5,1-4).

des das tradições religiosas do javismo. A volta dos exilados levanta uma questão fundamental: a fé, tal qual era praticada pelo povo, haveria de sobreviver ao impacto da nova ordem sócio-política implantada em Judá pelos persas, agora detentores da hegemonia sobre a Palestina? Como, porém, a reação aos novos desafios não surgira dos judeus radicados em Judá, mas dos repatriados que iniciaram a restauração da vida nacional, a comunidade judaica sobreviveu a esta fase decisiva, assumindo as novas formas de organização religiosa adotadas pela comunidade política de Judá, que se articulava dentro dos limites impostos pelo governo persa.

Luís I.J. Stadelmann S.J. é bacharel em Letras Clássicas e em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Cristo Rei, de São Leopoldo, RS (atual UNISINOS). Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Cristo Rei, da mesma cidade. Licenciado em Teologia pela *Jesuit School of Theology*, de Chicago, USA; *Master of Divinity* pela *Loyola University* da mesma cidade. Doutor em Línguas e Literatura Semíticas pelo *Hebrew Union College*, de Cincinnati, USA. Licenciado em Sagrada Escritura pelo Pontifício Instituto Bíblico, Roma. Professor de Exegese na Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, Belo Horizonte, MG. Autor de *The Hebrew Conception of the World*, Roma: Biblical Institute Press, 1980; *Os Salmos: estrutura, conteúdo e mensagem*, Petrópolis: Ed. Vozes, 1983. Traduziu vários livros do AT para a edição brasileira da Bíblia de Jerusalém e para a Bíblia da Ed. Vozes.

Endereço: Caixa postal 5047 – 31611 Belo Horizonte - MG